



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso
COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(DA SRA. JULIANA CARDOSO)

Requerem a realização de audiência pública para debater as condições de trabalho e o plano de carreira dos servidores da Funai.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de audiência pública para debater as condições de trabalho do servidores da Funai.

Requeiro ainda que sejam convidadas, para participar desta Audiência Pública, as seguintes autoridades e/ou entidades:

- 1- Sonia Guajajara - Ministra dos Povos Indígenas (MPI),
- 2- Joenia Wapichana - Presidenta da Funai;
- 3- Represente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- 4- Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF);
- 5- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (SINDSEP-DF);
- 6- Representante da Associação Indigenistas Associados (INA);
- 7- Representante da Associação Nacional dos Servidores da Funai (ANSEF).

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 411| CEP 70.160-900 – Brasília/DF
Telefone (61) 3215-5411| dep.julianacardoso@camara.leg.br
agendadepjulianacardoso@gmail.com





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, é o organismo coordenador e principal executor da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar essas terras indígenas. A Funai também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

Como é sabido, a questão indígena e indigenista tem sido amplamente debatida nacional e internacionalmente, se mostrando estratégica para a pavimentação de um caminho mais inclusivo e justo para o nosso País, com apoio público e liderança do Presidente Lula no enfrentamento a esses desafios, sobretudo na questão lanomâmi.

Hoje a Funai opera com total de 1.353 servidores efetivos (dez/2022), e 1820 cargos vagos, considerando somente os de Indigenista Especializado e Agente em Indigenismo, criados no ano de 2009. O Plano de Carreira da Funai é fundamental para buscar solução para a carência crônica de servidores na autarquia, o que se deve à altíssima evasão, especialmente dos novos concursados, em razão, sobretudo, da falta de incentivos à qualificação, às condições de trabalho adversas e à baixa remuneração, em comparação com os demais órgãos do Poder Executivo Federal que exercem atribuições semelhantes, como o IBAMA e ICMBio.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

A estruturação de uma carreira é fundamental para dar identidade, uniformizar procedimentos de trabalho e profissionalizar o indigenismo no estado brasileiro, para evitar que servidores sigam atomizados nas pontas em situação de grande risco pessoal, e para evitar a permanência de uma situação de inferioridade dos servidores e da própria instituição indigenista nas diversas ocasiões de negociação sobre os direitos dos povos indígenas, a exemplo de negociações com empreendedores responsáveis por obras que impactam terras de povos originários.

As condições de trabalho extremamente precárias, aliadas à baixa remuneração, à falta de incentivos à qualificação profissional e à falta de compensação em situações de trabalho adversas, em locais remotos e de difícil acesso, gera um quadro de enfraquecimento crônico da força de trabalho da Funai, com um índice de evasão altíssimo, sobretudo dos servidores recém concursados.

Hoje, a Funai opera com 46% dos cargos ocupados e, destes, aproximadamente 33% já possuem idade para requisitar aposentadoria, o que pode inviabilizar a continuidade da execução das políticas indigenistas, sobretudo em áreas mais isoladas da Amazônia Legal.

O principal problema da Funai hoje é o enfraquecimento crônico da força de trabalho, algo que vem sendo apontado nos relatórios sistêmicos do Tribunal de Contas da União há muito tempo. Com uma das piores remunerações do Serviço Público Federal, somada aos riscos pessoais, falta de condições de trabalho, natureza complexa da atividade, o adoecimento psíquico tem sido imenso, pois os servidores acumulam todas as funções, ao mesmo tempo, para sustentar as atividades da Funai de pé: de motoristas, telefonistas, mediadores de conflitos, a especialistas em temas complexos que envolvem políticas públicas específicas para uma diversidade de povos (cerca de 305) e regiões, e que vão da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

realização de estudos técnicos especializados para subsidiar a demarcação de terras indígenas, proteção territorial, apoio para o acesso a benefícios sociais e previdenciários, acompanhamento da educação escolar e da saúde indígena, apoio a políticas culturais, a projetos de promoção ao etno desenvolvimento, defesa em situações de violação de direitos, acompanhamento de processos de licenciamento ambiental em projetos que impactam terras e povos indígenas, dentre muitos outros.

Em virtude disso, a Implementação do Plano de Carreira Indigenista e Plano Especial de Cargos da Funai é fundamental, principalmente por alguns motivos, dos quais destacamos dois: Primeiro, para buscar solução para a carência crônica de servidores na autarquia, o que se deve à altíssima evasão, especialmente dos novos concursados, em razão, sobretudo, da falta de incentivos à qualificação, às condições de trabalho adversas e à baixa remuneração, em comparação com os demais órgãos do Poder Executivo Federal que exercem atribuições semelhantes;

Segundo, a Funai pode ajudar a solucionar a situação atual, inclusive a questão do desvio de função no interior do órgão, que advém de um amplo processo de desmonte institucional e da própria política indigenista, que sobrecarrega os servidores da ativa. Isso obriga todos os servidores a acumularem todas as funções ao mesmo tempo, independente do nível de escolaridade do cargo que ocupa: desde as funções de motorista, mecânico, telefonista, apoio administrativo, fiscal de contrato, pregoeiro, etc, até atribuições relacionadas à mediação de conflitos, à realização de estudos técnicos especializados que subsidiam demarcação de terras, proteção territorial, acompanhamento de componentes indígenas de licenciamento de obras que impactam terras e povos indígenas, e políticas públicas diversas nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, segurança alimentar e cidadania;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

Diante do exposto, solicito o apoio dos demais membros da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, no sentido da aprovação do presente requerimento para a realização da Audiência Pública destinada a debater sobre as condições de trabalho e o plano de carreira dos servidores da Funai.

Sala das sessões, 30 de março de 2023.

JULIANA CARDOSO
Deputada Federal PT/SP

